

O 'AUTO DE SÃO LOURENÇO': UM ENCONTRO DE DOIS MUNDOS¹

Paulo Eduardo da Silva Costa²

Uma análise que se pretenda abrangente, no âmbito das realidades atuais da sociedade brasileira, deve se fundamentar em uma acurada análise de suas origens e, notadamente, da permanência de práticas político-administrativas e de discursos elitistas que até hoje alicerçam o Estado brasileiro. Segundo o médico e analista junguiano Walter Boechat: “O entendimento global do conflito atual do indivíduo só se faz com a compreensão de seu passado. Só podemos entendê-lo e fazer face a ele dentro de uma perspectiva histórica”³. Em sua dissertação “O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena”, Roberto Gambini defende uma análise das conjunturas contemporâneas da sociedade brasileira a partir de “olhares” sobre o passado; isto é, em uma “perspectiva histórica” que privilegie a formação, o desenvolvimento, as transformações e perenidades das estruturas dessas realidades. Assim, passado e presente não se distanciam nem se sedimentam em dimensões estanques; ao contrário, se entrelaçam e se fundem, indissociáveis que são, construindo a vida e as realidades cotidianas.

Partindo dessa constatação, entendemos que a discussão em torno dos discursos oficiais veiculados por diversas instituições estatais, como por exemplo, os estabelecimentos de ensino, as instituições religiosas, e, os cada vez mais presentes, canais da mídia (notadamente a televisão) e outros meios de difusão do processo histórico como construção coletiva, remete-nos a uma postura crítica em relação ao passado, condição *sine qua non* para se compreender as contingências atuais. Contudo, sem cair em uma tentadora “mistificação das origens” como recurso último para essas reflexões, sem dúvida, a análise dessa gênese sócio-cultural se impõe à compreensão das conjunturas contemporâneas; principalmente quando se relacionam estruturas de poder, aspectos culturais como discursos e representações, importantes instrumentos de dominação utilizados ainda nos albos da conquista/colonização portuguesa, perpetuando-se até hoje nas práticas sociais e na cultura.

A análise dessas estruturas de poder, baseada nas representações⁴, nas práticas e estratégias pedagógicas e político-administrativas de instituições religiosas durante o Período Colonial, na América Portuguesa, no século XVI, é relevante quando consideramos

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Usos da Literatura Pela História: Fontes, Fatos e Narrativas”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH

² Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba.

³ GAMBINI, Roberto. *O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992. p. 07.

⁴ Cf. as especulações de Roger Chartier. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

essa relação entre o passado e o presente. Nesse sentido, nosso trabalho se apresenta mais especificamente como uma análise da experiência catequizadora de uma Ordem religiosa em particular, a Companhia de Jesus⁵ na Colônia portuguesa do Novo Mundo, salientando os encontros e os confrontos ocorridos durante esse processo, tanto em nível material (guerras) quanto cultural (o antagonismo entre a cultura euro-cristã e a dos indígenas), sendo este um importante aspecto de nossa pesquisa.

Atendendo as peculiaridades dessa abordagem, elencamos alguns aspectos que substanciarão nossa análise, entre os quais podemos citar o projeto civilizatório da Companhia de Jesus, as práticas pedagógicas e os discursos transmitidos por ela como representante da Coroa, a artificialidade dessas estratégias e as tentativas de homogeneização do indígena, os métodos de adaptação ao *modus vivendi* euro-cristão elaborados pelos jesuítas⁶; enfim, as principais características desse processo de transformação e, em alguns momentos, de completa extirpação dos elementos culturais da cosmogonia nativa⁷, frisando a influência da Companhia de Jesus na elaboração de padrões éticos e culturais norteadores da conduta e do pensamento coloniais, posteriormente perpetuadas na sócio-cultura brasileira.

Abordaremos essas questões a partir de um documento que, em sua origem, destinava-se à doutrinação dos indígenas aldeados nos núcleos urbanos organizados pelos jesuítas e da incipiente sociedade colonial que se formava – o *Auto de São Lourenço* – escrito pelo Pe. José de Anchieta⁸ entre 1580 e 1583. O *Auto*, expressão desse projeto pedagógico, possuía diversos objetivos, dos quais destacamos o de cristianizar e, posteriormente, o de adaptar o indígena à sociedade colonial. Esse processo, seus condicionantes e estratégias, podem ser melhor analisados a partir das obras poéticas e teatrais do Pe. Anchieta, dentre os quais destacamos o *Auto de São Lourenço* por realçar nitidamente esses aspectos, inerentes ao projeto pedagógico do jesuíta na conjuntura da conquista dos corpos e das almas, de suas aproximações e distanciamentos culturais; de seus encontros e confrontos.

Fonte primeva do nosso estudo, o *Auto de São Lourenço* distingue-se do corpus anchietano ao apresentar, em toda sua crueza, a luta do cristianismo católico contra as práticas e rituais tidos como “demoníacos”, dos indígenas, o que possibilita uma percepção mais acurada do projeto civilizatório jesuíta e do impacto que este acarretou à sócio-cultura indígena. As

⁵ Assim como a Igreja Católica, da qual fazia parte, a Companhia de Jesus também possuía uma dimensão secular, na qual era um instrumento para a realização do projeto de colonização da Coroa e outra, espiritual e religiosa, na qual se apresentava como representante da Igreja e de Deus.

⁶ Termo depreciativo utilizado pelos calvinistas, não era comum até 1544 e nunca foi utilizado por Santo Inácio de Loyola ou pelos primeiros membros da Ordem. Devido ao seu desenvolvimento posterior, o termo, já no século XVII, perdera sua conotação pejorativa. Cf. DURANT, Will. *A Reforma*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1971. p. 300-320. (Coleção História das Civilizações, v. VI)

⁷ O uso desse termo não traduz, em nosso trabalho, qualquer significação depreciativa; refere-se tão somente ao elemento autóctone, ao natural da terra nos primórdios da colonização e conquista.

⁸ José de Anchieta (Tenerife, Canárias, 1534 - Reritiba, Espírito Santo, 1597) veio para a Colônia em 1553, aos 19 anos, na comitiva do segundo Governador-Geral Duarte da Costa. Aos 43 anos tornou-se Provincial, cargo que ocupou durante onze anos, passando, então, para o Espírito Santo, onde faleceu aos 63 anos. Foi apodado o “Apóstolo do Brasil”.

estratégias utilizadas pela Companhia de Jesus para a gradativa efetivação desse projeto, se consubstanciavam nos Colégios, nas Missões, no teatro... enfim, em um conjunto de recursos didáticos e instituições. Os objetivos, os conteúdos, o método e a aplicação desse projeto pedagógico, a organização e administração da Ordem, pautavam-se segundo os ditames das Constituições⁹ e do “Ratio Studiorum”¹⁰, regra e manual pedagógico, respectivamente, que norteariam toda a atuação jesuíta na Colônia.

Podemos apresentar nossa tese, a de que o *Auto de São Lourenço* é um testemunho histórico da gênese da sócio-cultura brasileira, auxiliando o desenvolvimento de reflexões e na formulação de questionamentos sobre os paradoxos, os antagonismos que permearam a ação missionária e política da Companhia de Jesus na Colônia portuguesa, sendo uma síntese bem elaborada e complexa de duas cosmogonias distintas: a da cultura euro-cristã e a dos indígenas. O estudo dessa síntese cultural de *dois mundos* formatada pelo jesuíta Anchieta, visa um posicionamento crítico-reflexivo sobre a temática exposta (que será pormenorizada nos três momentos da pesquisa), objetivando a compreensão das estruturas sócio-culturais e políticas da sociedade brasileira, assentadas no modelo pedagógico

Nossas reflexões, na presente pesquisa, serão organizadas em um esquema triádico, no qual analisaremos, em um primeiro momento, a gênese da Companhia de Jesus no contexto da reação católica ao movimento protestante, seus objetivos, seus métodos e estratégias de doutrinação na América Portuguesa, bem como a política eivada de ambigüidades da Ordem, equilibrando-se entre seu projeto peculiar de civilização e a sua função dentro das estruturas governamentais portuguesas. Essa ambivalência da Companhia de Jesus exemplifica bem a política da Coroa em seu anseio de controlar o processo de colonização e, simultaneamente, o de doutrinação, que Darcy Ribeiro chama de “salvacionismo mercantil lusitano”¹¹. Todas essas questões serão analisadas dentro de um espaço temporal que se estende desde a chegada, em 1549, dos primeiros missionários jesuítas à Colônia, até 1587, ano em que se encena, pela primeira vez, o *Auto de São Lourenço*, em Iperoig (atual cidade de Niterói, Rio de Janeiro).

Em seguida, nossa atenção se voltará para o desenvolvimento do *corpus* anchietano, salientando a filiação vicentina¹² do mesmo e sua caracterização como uma *síntese barroca*, elaborada a partir do Concílio de Trento¹³ como parte da Reforma Católica. Entretanto, a

⁹ As “Constituições da Companhia de Jesus” correspondem ao que, nas demais Ordens religiosas é chamado de “Regra”; documento que determina e ordena as ações, os objetivos e os métodos da Companhia. Sua escrita iniciou-se em 1539 e sua versão definitiva data de 1550.

¹⁰ O “RATIO STUDIORUM” foi o primeiro plano pedagógico aplicado na Colônia. Sua finalização data de 1599, resultado de um processo iniciado ainda na década de 1530.

¹¹ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹² Gil Vicente, nascido por volta de 1465, foi o fundador do teatro português, tendo escrito cerca de 50 composições cênicas, entre farsas, comédias e Autos, dos quais se destacam o *Auto da Barca do Inferno* e a *Farsa de Inês Pereira*. Em sua época, foi considerado um dos maiores dramaturgos da Europa. Faleceu em 1537, em Portugal.

¹³ (1545-1563). O Concílio de Trento definiu os princípios norteadores da reação católica ao movimento protestante. As estratégias elaboradas em Trento (cidade ao norte da Itália, onde se reuniu o Concílio) se materializaram em três níveis: o da

compreensão desse contexto só se faz possível a partir de reflexões sobre as múltiplas faces de José de Anchieta; sua dimensão humana, literária, taumatúrgica, missionária, e hagiográfica, isto é, a análise dos discursos que materializaram, no decorrer do processo histórico, nas diversas conjunturas, essa personalidade.

Por fim, no terceiro momento, analisaremos especificamente o nosso objeto de estudo, o *Auto de São Lourenço*, em suas dimensões imagéticas, performáticas e literárias, inclusas em uma obra que é texto e, simultaneamente, representação cosmogônica e cênica. Sem embargo, a análise do projeto civilizatório jesuíta, com suas ambigüidades e paradoxos, justifica-se por este se encontrar no cerne, no âmago, da cultura brasileira, mantendo-se vivo atualmente nas representações e práticas culturais assentadas, em um primeiro momento, na cultura indígena e na influência exercida sobre esta pelos conquistadores portugueses e pelos jesuítas¹⁴. A análise histórica do processo de desenvolvimento da Companhia de Jesus é importante notadamente por se tratar de uma instituição que inaugura, no que posteriormente viria a ser o Brasil, uma tradição teórico-pedagógica que influenciou sobremaneira a educação brasileira, tendo muitos de seus aspectos presentes na atualidade.

O teatro anchietano como integrante de uma concepção metodológica de atuação missionária¹⁵, se inclui na tradição medieval, embora, como pretendemos demonstrar, possua também características do Barroco literário, sendo uma intersecção entre a tradição do medievo e a moderna. Pretendemos explicitar essa concepção apresentando o projeto político-pedagógico da Ordem, as ambigüidades dessa política, seus objetivos na Colônia e suas relações com as esferas governamentais da Coroa; isto é, as principais características da atuação jesuíta na Colônia, durante o período anteriormente citado. O estudo de uma obra da magnitude do *Auto de São Lourenço* deve, indubitavelmente, considerar a conjuntura na qual foi gestada; ou seja, em quais contingências a obra foi elaborada. Essa análise será realizada, em nosso estudo, a partir de dois pressupostos principais: a) constituição da Companhia de Jesus, na Europa, no século XVI, e sua atuação no contexto da Reforma Católica e; b) sua função no projeto civilizatório da monarquia portuguesa, sua organização, objetivos e estratégias de atuação, na Colônia, na segunda metade do século XVI.

O *Auto de São Lourenço* deve ser analisado imerso na conjuntura dos encontros e dos confrontos entre duas cosmogonias distintas; é nesse sentido que a obra é a síntese cultural

contenção do protestantismo, o da reforma ética-administrativa de sua dimensão secular e, principalmente, o da expansão da doutrina. As deliberações definidas pelo Concílio regeram a Igreja e sua ação até o Concílio Vaticano II (1958-1962).

¹⁴ Ressalvando a extrema generalização traduzida pelo uso do termo *indígena*, pois existiam distintos povos autóctones e, evidentemente, os missionários da Companhia não foram os únicos a ter contato com os nativos, outras Ordens também exerceram sua influência.

¹⁵ Essa atuação se desdobrava em múltiplas dimensões: integracionista, catequizadora, educativa, paternalista e repressiva, as quais analisaremos de maneira mais pormenorizada em cada um dos três momentos de nosso trabalho.

das duas cosmogonias¹⁶, inclusas no âmbito dos antagonismos religiosos do século XVI. Texto-representação¹⁷, o *Auto de São Lourenço* é a visão particular de um homem, Anchieta, em meio às contingências de um processo de adaptação, um recurso pedagógico que objetivava também a intermediação entre dois universos culturais díspares, ressignificando representações, conciliando-as quando possível, mas também reprimindo e destruindo.

Defendendo a premissa de que o *Auto de São Lourenço* é um instrumento de mediação no processo de adaptação cultural, pode-se afirmar, sem embargo, que a obra é uma “representação mestiça” das materialidades, das experiências vivenciadas na Colônia. Expressa também a maestria do Pe. Anchieta em se apropriar de elementos culturais autóctones para elaborar, a partir da perspectiva de um religioso, letrado em um dos grandes centros intelectuais europeus, o Colégio das Artes, em Coimbra, um, insistimos em afirmar, recurso pedagógico adequado aos seus fins principais e últimos: a Catequese e a implantação, no cotidiano indígena, dos “modos de bem viver”. Como mediador de um processo de tradução cultural, Anchieta mescla elementos culturais de ambas as cosmogonias, respeitando os limites impostos por suas crenças, suas idiossincrasias, de sua devoção à igreja e de sua obediência à Coroa, com elementos caros à cultura nativa; louvando-as, principalmente quando não conflitantes com sua Fé ou rejeitando e ridicularizando, quando estas se afastavam de suas crenças, de seus objetivos e de sua visão de mundo particular.

Nesses confrontos, a cultura autóctone gradativamente foi transformada, adequando-se às representações euro-cristãs. Alicerçada nos discursos performáticos, na autoridade religiosa, na força ilocucionária das palavras¹⁸, no plano cultural e nas bocas dos canhões e nos fios das espadas, no plano material, a doutrina cristã se impôs. Redivivo, o plano pedagógico jesuíta ainda se faz presente em seus objetivos, métodos e recursos, evidentemente perdendo muito de sua motivação religiosa. Está presente na sociedade brasileira contemporânea, em seus aspectos educacionais, políticos e culturais.

A cultura brasileira, desde seus primórdios, mestiça, é elaborada durante o processo de expansão do capitalismo marítimo-comercial em um contexto de mundialização da economia. Atualmente, ela se refaz, se retraduz e se transforma devido principalmente à influência da mídia; novo “Anchieta” em seu afã de adaptar o “nativo” ao contexto atual da globalização, do mercado, da “aldeia global”. Nessa dimensão, a cultura é uma arena onde

¹⁶ A idéia de síntese cultural se atrela aos conceitos de Serge Gruzinski, quando explica a formação da sócio-cultura mexicana a partir da mescla cultural autóctone e euro-cristã, propondo conceitos como “mestiçagem”, “cultura mestiça” e “objeto mestiço”. Devido a sua viabilidade para a análise, utilizaremos esses conceitos em nossa pesquisa, pois nosso objeto de estudo se enquadra bem no que Gruzinski classifica como “objeto mestiço”. Consultar: GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁷ UBERSFELD, Anne. *Para ler o teatro*. Trad. José Simões. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 100-110.

se digladiam diferentes concepções cosmogônicas, onde se negociam, em diversos níveis, concessões, assimilações e transformações culturais, mas lugar, também, de destruição e morte. Permitindo-se uma ligeira licença poética, podemos definir o nosso estudo como um “entrecruzamento de olhares e vozes”, uma abordagem multidisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, José de. *O Auto de São Lourenço*. Trad. De Walmir Ayala. 7ª ed. Rio de Janeiro:Ediouro, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo:EDUSP, 1998.
- CARDOSO, Armando Pe. *Teatro de Anchieta*. Trad. e notas do pe. Armando Cardoso S. J. São Paulo:Loyola, 1977.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. LISBOA:DIFEL, 1990.
- DURANT, Will. *A Reforma*. 4ª ed. Rio de Janeiro:Record, 1971. (Coleção História das Civilizações, v. VI).
- GAMBINI, Roberto. *O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro:Espaço e Tempo, 1992.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo:Companhia das Letras, 2001.
- DARCY, Ribeiro. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo:Companhia das Letras, 1995.
- UBERSFELD, Anne. *Para ler o teatro*. Trad. José Simões. São Paulo:Perspectivas, 2005.